

DOSSIÊ TEMÁTICO

O punha saiu do entulho: o pequeno comércio do Rio de Janeiro às vésperas da reforma Pereira Passos

*Wagner Chagas de Menezes**



Foto: Augusto Malta

Quiosques - Rua Frei Caneca - Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro.

* Mestre em História Social Moderna e Contemporânea pela UFF e Professor nas redes estadual e municipal de ensino do Rio de Janeiro. E-mail: academiabrasil@yahoo.com.

DOSSIÊ TEMÁTICO

*Bravo! Limpa-se o Rio de Janeiro!
Os homens limpos! A cidade limpa!
Vai ser S. Sebastião a mais supimpa
Capital — porque não? Do mundo inteiro!*

O Malho, 1903¹

Resumo – Neste artigo, apresentam-se alguns aspectos da configuração e do cotidiano do pequeno comércio (varejista) do espaço central do Rio de Janeiro às vésperas da reforma urbana implementada por Pereira Passos (1903-1906). Busca demonstrar que um dos objetivos primaciais do preposto municipal do governo do Presidente Rodrigues Alves era desarticular o comércio varejista, especialmente o de bares, tavernas, botequins, açougues e padarias, que dava suporte à população e a toda sorte de deserdados. Assim como a cidade foi remodelada espacialmente, também passou por uma redefinição forçada das suas características comerciais. Este setor caracterizava-se por um jogo que denotava o espírito flibusteiro em algumas de suas práticas comerciais, denunciando o *registro inferior* da moral daqueles dias.

Palavras-chave: Pereira Passos; Rio de Janeiro; reforma urbana; pequeno comércio.

Apresentação

O espaço central do Rio de Janeiro às vésperas da reforma urbana, levada a cabo pelo prefeito Pereira Passos, contava com marcas profundamente coloniais. A cidade era entrecortada por ruas de calçadas estreitas, calçamento de pedras e telhados pombalinos. Volta e meia era assolada por moléstias infecciosas, tais como a febre amarela. Somente em 1892, o bonde teve sua tração animal substituída pela elétrica.

A cidade havia crescido com a abolição da escravidão e com a chegada de imigrantes de diversas nacionalidades, especialmente portugueses e italianos, os quais, de um modo geral, não eram vistos como “desejáveis” (Menezes, 1996). O grande crescimento

DOSSIÊ TEMÁTICO

populacional demandou uma melhoria dos equipamentos urbanos, principalmente transportes e a construção de largas vias de escoamento de mercadorias e de pessoas.

A expansão dos limites da cidade em função da melhoria dos transportes arrastou consigo o pequeno comércio a cavaleiro dos trilhos do bonde, expandindo-o para os seus limites e especializando-o no espaço central da cidade. Esta especialização teve reflexos destrutivos sobre aqueles ramos que atendiam à população residente no centro, notadamente, tavernas, bares e botequins, bem como padarias e açougues. Isso não nos deve causar espanto, já que a remodelação da cidade passava pela remoção de uma considerável parcela da população residente.

A proposta do Estado iria além do alargamento, saneamento e embelezamento das ruas. O primordial objetivo da reforma urbana era fazer melhorias para um usuário “seleto”: o capital e seus agentes dos negócios administrativos e financeiros, públicos e privados, importador e exportador, bem como esvaziar a cidade do seu caráter também residencial. Mas esse foi um processo pelo qual Passos não tem a totalidade da responsabilidade, pois, em 1872, 1.408 famílias habitavam o espaço central do município do Rio de Janeiro; em 1890, doze anos antes do início da reforma urbana, apenas 575 famílias, e é bem provável que este número tenha decrescido ainda mais após o trabalho do prefeito Pereira Passos.²

Quando a reforma urbana teve início, os portugueses controlavam 60,63% do varejo no espaço central da cidade. Os brasileiros vinham em seguida, com 22,09% do comando do varejo. Dos seis ramos pesquisados, os secos & molhados eram os mais expressivos, com 38,67%, seguidos pelos armazéns & fazendas, com 35,16%; botequins, 10,16%; restaurantes, 5,86%; casas de pasto, 4,3%; padarias & confeitarias, 3,91%; e açougues, 1,95%. As sociedades comerciais desses seis ramos compostas somente de portugueses

DOSSIÊ TEMÁTICO

correspondiam a 46,46% do total; as que eram compostas de portugueses e brasileiros correspondiam a 18,9%, seguidas pelas só de brasileiros, com 11,81%. Foi exatamente esse quadro geral que jamais seria o mesmo após o fim do "bota-abaixo" empreendido por Pereira Passos.

Ao contrário do que se poderia supor, a reforma urbana entre 1902 e 1906 não degingolou o pequeno comércio como um todo. O que ocorreu foi uma espécie de “depuração” aos olhos das elites locais. Houve mesmo um movimento crescente de contratos nesse período, o que nos permite afirmar que, ao invés de sofrer um esvaziamento, vivenciou-se uma animação no volume de contratos. Até mesmo o aumento de contratos dissolvidos e liquidados não superou o de novos contratos. Em uma cidade cujo pequeno comércio estava em plena transformação, era esperada a dissolução dos ramos que estavam sendo desarticulados e o crescimento das contratações das lojas ligadas às novas feições da city.³ É sobre esse quadro de transição aguda que iremos discorrer.

O cotidiano do pequeno comércio às vésperas do “bota-abaixo”

“(...) pela filosofia do patrão aprende a roubar ... trapaça no peso, o dedo na balança. (...) Com esse patrão instruiu-se, aprende a burlar e a mentir. Vende o podre por bom. Carne-seca ardida por fresca.... (...) no caderno das compras põe 4 em vez de 2... estica a perna desse 4 e faz 7... (...) A pobre alminha vai-se corrompendo e achando, isso tudo, muito natural.”

Luiz Edmundo, *O Rio de Janeiro do meu tempo*, 1938

DOSSIÊ TEMÁTICO

Há pitorescas passagens relacionadas à reforma urbana empreendida pelo prefeito Pereira Passos no início do século XX (1902-1906), no espaço central do Rio de Janeiro⁴. Elas são paradigmáticas da tensão social e das mudanças em andamento naqueles dias. Duas delas são deliciosamente contadas pelo cronista Luiz Edmundo, simpatizante do prefeito e suas ações e contemporâneo daqueles dias turbulentos.

Conta Luiz Edmundo que certo comerciante, empenhado em não aceitar acordos, indenizações ou recompensas para desocupar seu estabelecimento, em sinal de protesto lançou mão de guarda-chuvas e lanches e se sentou no interior da loja, recusando-se a sair. O emissário enviado por Pereira Passos para negociar a saída do comerciante retornou várias vezes ao prédio que seria demolido, com a missão de demover o comerciante da sua resistência em deixar o local. Foi então que os poderes discricionários de Passos entraram em ação:

(...) ordenou, sem mais demora, que fizessem descer, do prédio destelhado, a primeira parede. Foi quando o comerciante estava todo coberto de pó que pipocou a ação decisiva. Os transeuntes gritavam insistentemente: 'o punha, sai do entulho'. (Edmundo, 1938, p.38-40)

Em outra oportunidade, conta-nos Luiz Edmundo, o prefeito recebeu a visita de um “(...) certo homem do comércio ao seu gabinete, um desses tipos mais ou menos comendadores, mais ou menos analfabetos, com um vasto bigodão em rosca de padaria, sobrecasaca e cartola”. O comerciante reclamava que não podia atender ao pedido das autoridades municipais para pintar a fachada do seu estabelecimento comercial por ser ela toda de azulejos. A resposta do prefeito foi rápida e fulminante: “– De azulejos, aquela

DOSSIÊ TEMÁTICO

fachada cor de chocolate? Pois então, mande-a lavar, seu porco!” (Edmundo, 1938, p.44-45).⁵

Em muitas passagens, Luiz Edmundo tentou demonstrar que o grande obstáculo à reforma seriam os comerciantes; por ele chamados de “arrogantes”, “teimosos”, “insanos”, “testudos”, “obstinados”, “resmungões”, “atrasadões”, “grotescos” e “estúpidos”. Já o governo e seus agentes eram adjetivados positivamente como “heróis”, “sentimentais”, “grandes”, “conciliadores”, “tenazes”, “amigos”, “empreendedores” e “progressistas”.

O engenheiro Francisco Pereira Passos nunca escondeu ao ministro do Interior, Dr. Seabra, os problemas que enfrentaria com os comerciantes estrangeiros, especialmente com os portugueses, os quais, entre 1889 e 1903, controlavam 60,63% do comércio do espaço central da cidade do Rio de Janeiro, seguidos dos brasileiros, com 22,09%, as outras nacionalidades, com 10,96%, e 6,31% de desconhecidos (Menezes, 1998, p.80). Segundo Luiz Edmundo, nas palavras do prefeito: “– De um lado as conveniências do *comércio estrangeiro*; de outro lado, o interesse dos senhores políticos...” (1938, p.33) A empreitada era descrita como uma verdadeira peleja e seria extremamente polarizada. Achava-se que “(...) vencer os homens do comércio que era todo estrangeiro, forte e prepotente não era coisa fácil” (Id.ib).

O que estava em andamento era a redefinição do pacto político na cidade do Rio em função da mudança qualitativa no caráter do capitalismo brasileiro, em transição da sua fase concorrencial para a sua fase monopolista, na qual o Estado passava a ter um papel mais atuante, inclusive na organização e ordenação dos espaços urbanos (Rocha, 1986). Friedrich Engels (1985), 55 anos antes do início da reforma Pereira Passos, já havia alertado que a fase concorrencial do capitalismo, caracterizada por construções urbanas em

DOSSIÊ TEMÁTICO

construção e convivência aleatória, daria lugar à fase monopolista e à necessidade de dar um caráter sistemático à estrutura urbana.

As ações do Estado estavam sendo legitimadas pela construção de um mito que desse conta do ideal de cidade moderna. Na medida em que detinha o poder da linguagem e da informação enquanto jornalista,⁶ Luiz Edmundo ajudou a construí-lo. A todo o momento ele contrapunha a cidade colonial, vista como atrasada, suja e bárbara, à nova “(...) metrópole digna da civilização ocidental” (1938, p.46). Muitos foram os intelectuais que cerraram fileiras pela reforma urbana aos moldes do projeto Pereira Passos. Suas falas e escritos se transfiguraram em modificações urbanísticas que atendiam a frações da classe dominante.

As reações não tardaram e podem ser explicadas na medida das resistências, tanto do novo (ordem e progresso) quanto do antigo mito, às ameaças de decomposição, violência e/ou desvios (René Girard, *apud* Ansart, 1978). Nesse campo, destacamos aquelas que foram mapeadas na coluna “Queixas do Povo” do *Jornal do Brasil*, que entre os anos de 1900 e 1903 constituiu-se em um privilegiado canal por onde circulavam as reclamações envolvendo comerciantes, entre outras.⁷

As queixas extravasavam as carências socioeconômicas e definiam os conjuntos dos direitos considerados justos pelos agentes sociais arrolados no levantamento. Na falta de outros meios, as queixas transformaram-se em uma alternativa possível e viável ao espectro de forças da nova ordem propugnada pelo Estado Republicano, funcionando como válvula de escape e trazendo-o, ainda que a contragosto, para o centro da discussão da problemática da cidadania, figurando como o reclamado ou a quem se reclamava (Silva, 1988, p.33). O vocábulo “queixa” traz ainda na definição a conotação de “ofensa”, “descontentamento”,

DOSSIÊ TEMÁTICO

“denúncia” e “querela” (Fernandes, 1993, p.581), enfim, expressões que simbolizam não somente a natureza do conflito como também aspectos pessoais de uma intensidade tal que evocavam do fundo da alma mágoas e ressentimentos.

Nas queixas encaminhadas ao *JB*, estava contida a real origem do conflito: a ideologia de uma época de profundas transformações, em que novas identidades estavam sendo delimitadas. Havia um embate ideológico de grandes proporções e sua reprodução acontecia pessoal e pontualmente, manifestada não apenas pelas violentas ações de rua. Isto não significa que não havia um certo nível de violência física, mas ela se manifestava na linguagem e na qualificação pejorativas, aplicadas aos comerciantes e seus estabelecimentos. A abordagem desses conflitos ficaria pouco clara se buscássemos uma explicação ideológica na forma “reducionista de um ‘torneio’ entre contrários – verdade e mentira – decorrente de uma determinação exclusiva das condições materiais de existência” (Mendonça, 1990, p.19). Tanto os pequenos comerciantes quanto os agentes do Estado e mesmo o prefeito tinham suas ações caracterizadas por um arbítrio na defesa de interesses particulares, reproduzindo uma ideologia baseada em um “registro transindividual”, ainda que inconscientemente.

A “Queixas do Povo”, bem como colunas similares de outros jornais, prestava-se a um importante papel no embate ideológico que se desenrolava. Como as queixas na “esfera do consumo” representavam, entre os anos 1900-1910, em média, um número três vezes maior do que as da “esfera da produção”, e o pequeno comércio como o que mais vezes apareceu nas queixas no mesmo período, somos levados a crer que este e seus agentes tornaram-se um dos alvos de pressão que embasava as transformações da cidade do Rio de Janeiro do início do século XX. (Silva, 1988, p.53 e 99)⁸

DOSSIÊ TEMÁTICO

A “Queixas do Povo” é um retrato daquela “era das demolições”. É uma fonte do cotidiano, entendido aqui como:

“(...) a vivência dos atos executados e dos pensamentos multicondicionados (culturalmente, ideologicamente, socialmente, e economicamente) que os homens elaboram no dia-a-dia, mas que extrapolam o âmbito das tarefas realizadas de formas involuntárias e automáticas para se situarem em um nível que altera, a longo prazo, a sociedade e as formas de seus indivíduos se relacionarem.” (Menezes, 1998, p.46).

Como nos ensinou Fernand Braudel, o cotidiano reflete permanências históricas. Ele está impregnado de linguagens, atitudes, hábitos, costumes e valores de tempos remotos, que atravessam o presente e se lançam, quase imperceptíveis, ao futuro. No entanto, ele só revela suas facetas quando captamos a recorrência que se insere na estrutura; quando trabalhamos simultaneamente a curta e a longa duração. Nesse mister, a “Queixas do Povo” também se presta ao trabalho de pesquisa do cotidiano do pequeno comércio na medida em que um pequeno intervalo de tempo analisado (1900-1903) pode comportar aspectos das bases históricas da estrutura, só perceptíveis na média e na longa duração (Braudel, s.d. e 1978).

No interesse deste trabalho, as queixas do povo são apresentadas em sete grandes tipos de envolvimento: 1) comerciantes e população; 2) comerciantes e polícia; 3) comerciantes e seus empregados; 4) comerciantes e prefeitura; 5) comerciantes e comerciantes; 6) comerciantes, sistema viário e comunicações; e 7) outras queixas.

DOSSIÊ TEMÁTICO

A maioria das queixas envolvia os comerciantes e a população. Em 1900, elas representavam 35,48% do total; em 1901, 38,62%; em 1902, 44,28%; e em 1903, 58,38% (Tabela 1). Abstraindo o grupo “outras queixas”, em segundo plano apareciam as que relacionavam comerciantes e polícia, bem como as que abarcavam os comerciantes e a prefeitura da cidade, correspondendo a menos da metade daquela. Nesse caso, quanto mais se aproximava do início das reformas urbanas comandadas pelo preposto municipal do governo Rodrigues Alves (1902-1906), as queixas envolvendo comerciantes e população em geral, comerciantes e polícia, comerciantes e prefeitura, aumentavam. No primeiro caso, a população passou a reclamar mais dos comerciantes, das suas práticas fraudulentas e da qualidade dos alimentos. Os comerciantes passaram a exigir um melhor serviço de infraestrutura urbana, principalmente de água e de luz, na mesma medida em que iam abaixo as lojas estabelecidas no antigo casario a ser demolido. Exigiam também mais respeito nas ações policiais, enquanto os empregados do comércio pediam a mediação do Estado nos conflitos trabalhistas com os patrões que envolviam o não-pagamento de salários, maus-tratos e demissões injustificadas.

Tabela 1

Incidências e porcentagens de queixas envolvendo comerciantes e outros segmentos sociais do espaço central da cidade do Rio de Janeiro – 1900-1903

GRUPO DE QUEIXAS/ANOS	1900 [incidências] (porcentagens)	1901 [incidências] (porcentagens)	1902 [incidências] (porcentagens)	1903 [incidências] (porcentagens)
1. Comerciantes e população	[22] (35,48%)	[21] (38,62%)	[24] 44,28%	[35] (58,38%)
2. Comerciantes e polícia	[8] (12,90%)	[9] (16,98%)	[11] (20,75%)	[7] (11,48%)
3. Comerciantes e seus empregados	[7] (11,29%)	[5] (9,43%)	[2] (3,77%)	[3] (4,92%)

DOSSIÊ TEMÁTICO

4. Comerciantes e prefeitura	[8] (12,90%)	[4] (7,55%)	[4] (7,55%)	[9] (14,75%)
5. Comerciantes e comerciantes	[2] (3,23%)	[1] (1,89%)	[3] (5,66%)	[2] (3,28%)
6. Comerciantes, sistema viário e comunicações	[6] (9,68%)	[2] (3,77%)	[2] (3,77%)	[0] (0%)
7. Outras queixas	[9] (14,52%)	[11] (20,75%)	[7] (13,21%)	[5] (8,20%)
Total	[62] (100%)	[53] (100%)	[53] (100%)	[61] (100%)

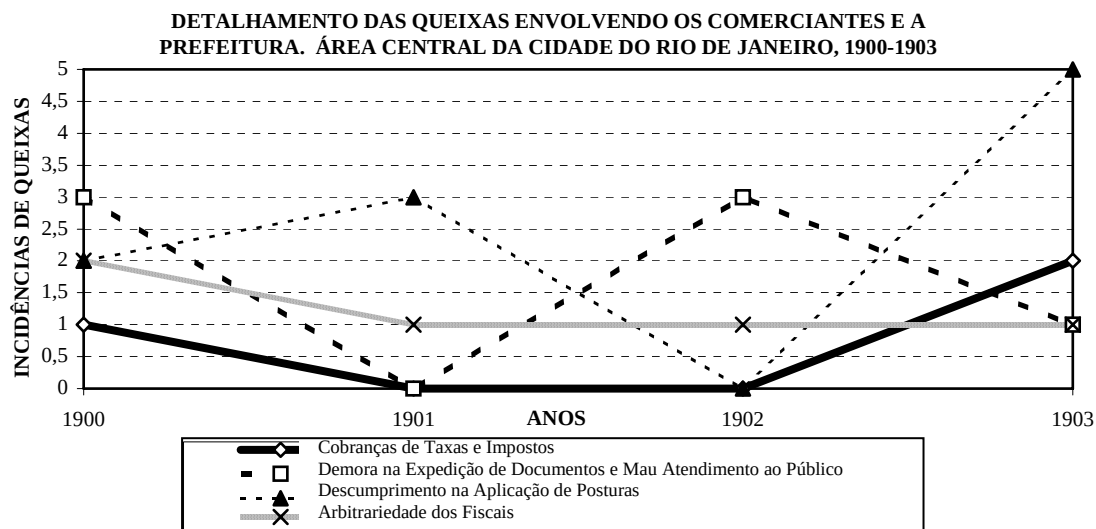
Fonte: *Jornal do Brasil*, “Queixas do Povo”, janeiro a dezembro de 1900, 1901, 1902.

A prefeitura do Rio de Janeiro não se livra de críticas e reclamações quanto aos serviços, às taxas e aos impostos. Queixava-se da falta d’água, de lixo nas portas dos estabelecimentos, das lojas abertas fora de horário, entre outras queixas.⁹

Quando se iniciaram os preparativos para a reforma urbana em 1902, os pequenos comerciantes passaram a reclamar do aumento das cobranças dos tributos municipais e do descumprimento na aplicação das posturas. O que ocorria na prática era um maior rigor na aplicação das tais posturas, interpretado, pelos varejistas, como excessivo. Há uma contradição neste tipo de reclamação, já que no item “arbitrariedade dos fiscais” a incidência manteve-se linear entre 1901 e 1903.

DOSSIÊ TEMÁTICO

Gráfico 1



Fonte: *Jornal do Brasil*, “Queixas do Povo”, janeiro a dezembro de 1900, 1901, 1902.

Os ataques que Passos desferia aos pequenos comerciantes eram pautados pelo argumento de que em torno da cidade velha reunia-se toda a sorte de malandros e desocupados. Os bares e botequins, locais de reunião preferidos da arraia-miúda da sociedade carioca, foram-se tornando o alvo da fiscalização Passos e das reclamações da população. Saneamento e limpeza pública foram as principais demandas do início do século e os bares, botequins e açougues eram apontados como locais fétidos e de pouca salubridade. Daí o apoio significativo e o conseqüente sucesso obtido por Passos com sua campanha reformista. (Silva, 1988)

Para reforçar ainda mais este aspecto, deve-se ter em conta que “o grande medo” – para usar a expressão de Georges Lefebvre (1979) – era uma constante; de tal forma que setores das classes populares também se viam ameaçados pelos “desocupados” – violentos

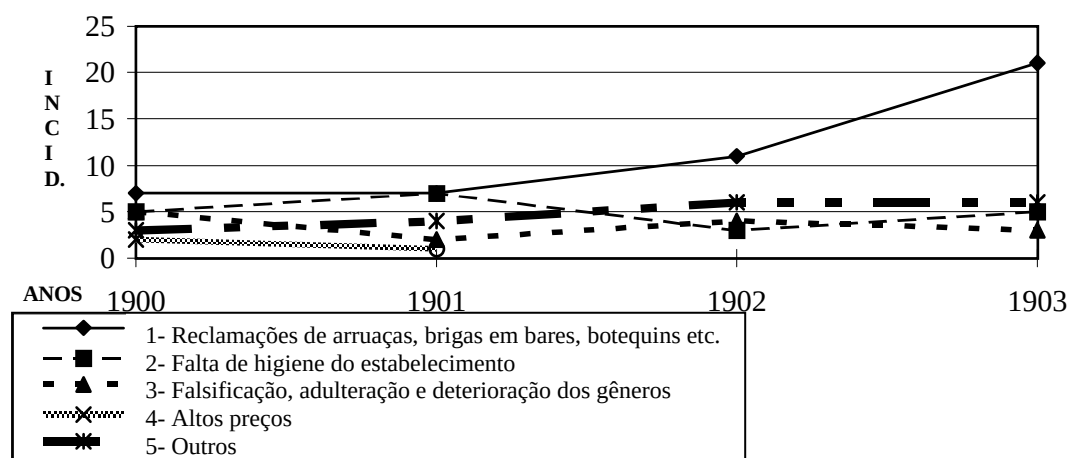
DOSSIÊ TEMÁTICO

ou não – que perambulavam nas ruas. Por isso, não se deve estranhar um certo apoio de segmentos das camadas populares às medidas de Passos. Estas cooperavam até mesmo com as autoridades. (Silva, 1988)

Já o comerciante, principalmente o pequeno comerciante das tavernas, bares e botequins, de um modo geral, era malvisto, havia desconfiança da população residente no centro da cidade em virtude da falta de higiene nos estabelecimentos, notadamente naqueles que lidavam com gêneros alimentícios e práticas comerciais fraudulentas. O destaque com que essas características apareciam nos protestos dirigidos ao *JB* não nos deixa dúvida a respeito da visão que se tinha desses locais e de como se desenrolava o enredo dos conflitos morais, os quais encerravam disputas ideológicas, econômicas e políticas entre os freqüentadores de botequins e os moradores mais próximos desses estabelecimentos.

Gráfico 2

DETALHAMENTO DAS QUEIXAS ENVOLVENDO COMERCIANTES E
POPULAÇÃO NA ÁREA CENTRAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 1900-1903



Fonte: *Jornal do Brasil*, “Queixas do Povo”, janeiro a dezembro de 1900, 1901, 1902.

DOSSIÊ TEMÁTICO

Foi durante a gestão do prefeito Pereira Passos que se acirraram os conflitos dos primeiros anos do século XX. O embate ideológico nas ruas, manifestado na forma de apoios e rejeições às medidas de Passos, invadiu os jornais e os cortiços, incitando os agentes sociais a tomarem posições.

Antes dos ânimos redundarem em violentos conflitos de rua, como o da Revolta da Vacina, um pequeno interregno deu espaço para a preparação da organização dos argumentos ideológicos dos grupos contendores. A luta inicial foi uma disputa de linguagens políticas, pois todo conflito, antes de se traduzir em combates abertos, é, antes de tudo, de linguagens (Ansart, 1978).

As profundas transformações da sociedade carioca na virada do século XIX para o XX obrigaram a construção de novos aparelhos simbólicos para a consolidação de um novo imaginário social, para o qual a ideologia política cumpriu o papel que, em sociedades primitivas, cabia ao mito. Ou seja, restaurar “os significados para renovar as estruturas do processo de renovação da sociedade contra as suas ameaças permanentes de desintegração”. (Girard *apud* Ansart, 1978, p.28) Nesse exercício de regeneração, os jornais foram utilizados para convencer e a violência usada para dominar as classes subalternas, sob a égide de uma ordem e de uma hierarquia.

Os imaginários sociais da conjuntura de transformações urbanas, nas quais se inseria o pequeno comércio da cidade do Rio de Janeiro, foram a explicitação e a vivência das normas, princípios e valores conflitantes em um momento de profundas mudanças nas normas explícitas e implícitas que regulavam a sociedade. A ideologia de então configurava a manipulação, a organização e a coordenação do imaginário social no qual estavam imersos, especialmente, os pequenos comerciantes, os agentes do Estado, os residentes na

DOSSIÊ TEMÁTICO

área central da cidade e os intelectuais da nova ordem. Portanto, a ideologia assumiu o caráter de linguagem política ou de representação de um conjunto de posições de um amplo espectro dos conhecimentos e das práticas.

Os dados quantitativos e qualitativos analisados não dão margem para dúvidas: estava em andamento um choque de linguagem originado nos embates que marcariam os primeiros anos da República e que, no início do século XX, foram materializados nos quebra-quebras, bota-abaxos, empastelamentos de jornais etc., abalando os dois mais consagrados mitos vinculados à Proclamação da República: “(...) o do consenso nacional e o da indiferença da população” (Janotti, 1986, p.6-7 e *passim*). Nesses embates e combates, os botequins foram os locais mais estigmatizados. Quase sempre eram relatados como espaços de cenas que agrediam a moral, palco de “quadros vergonhosos”, onde se falavam “impropérios” (id.ib.), ponto de encontro de “vagabundos e desordeiros”.¹⁰ Os donos de botequins eram acusados de permitirem que “(...) fregueses menos escrupulosos (...)” praticassem “(...) atos indecorosos(...)”.¹¹ O cotidiano das tavernas, bares e botequins, retratados como locais sórdidos, de freqüência vil e ambiência repugnante, era visto da seguinte maneira:

“(...) Florentino era de cor parda, de 27 anos de idade, usava pequeno bigode, trajava na ocasião camisa de chita azul, calça de brim escuro, paletó preto, trazia na cabeça chapéu de feltro marrom de sábado, e estava descalço.

(...)

O botequim em que se deu o fato é de miserável aspecto: de quatro metros quadrados, se tanto, tem três mesas ao lado direito de quem entra; uma tosca armação em volta com algumas garrafas de cerveja e

DOSSIÊ TEMÁTICO

outras bebidas ordinárias, *em pequeno balcão ao qual não se via a cor primitiva e sobre ele* dois pratos com sardinhas fritas e salsichas.

(...)

O compartimento interno onde teve início o fato estava atravancado de caixas, barris, garrafas *e ao centro viam-se, ainda, os restos do almoço à mesa (...)*.¹² [grifos nossos]

A qualificação do outro – boêmios, trabalhadores desempregados e prostitutas – dava-se por oposição absoluta; era transfigurado em formas animais e posicionado como habitante do “mundo da desordem” face ao discurso ideológico dominante, que propugnava uma “nova ordem” e uma “nova moral”.

Os botequins, devido às suas localizações e condições de higiene, foram associados a um passado colonial, que estava sendo denegrido no intuito de se construir a ideologia do futuro promissor sob a égide do progresso e da ordem. (Chalhoub, 1986 e Needell, 1993) No entanto, em cidades sob processo de modernização, funcionavam como focos de resistência ao controle da “circulação das coisas e das pessoas” e como mercado diário de empregos para a arraia-miúda. Semelhante a Paris, na cidade do Rio de Janeiro, a taverna e similares eram celebradas como a “casa do povo” (Perrot, 1988, p.103 e 119).

Esses ambientes podem ser vistos como ponto de escape e de sociabilidade para a população de baixa renda. As bebedeiras que neles ocorriam associavam-se à incerteza da vida e à miséria, originadas nas dificuldades de se conseguir emprego. O consumo de cerveja, na sua conotação cultural, era um signo de socialização e de valor dietético, influenciando o desempenho de trabalhos pesados. Como se dizia na Inglaterra da primeira metade do século XIX, era para “repor o suor” (Thompson, 1987, p.110).

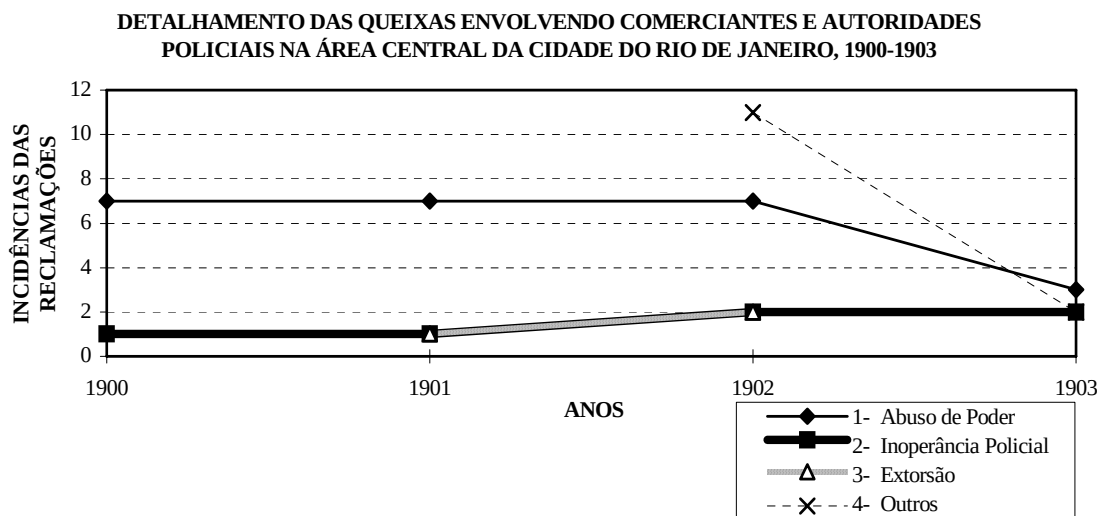
DOSSIÊ TEMÁTICO

Diante das tavernas, bares e botequins, a sensação de impotência dos reclamantes pode ser sentida no corpo das queixas que denotavam a impunidade policial como uma realidade que já abalava as relações entre o Estado e a sociedade civil. Este fato torna-se ainda mais relevante em uma sociedade que há pouco saíra de uma conjuntura de escravidão, na qual os valores éticos e comportamentais conclamados pelo liberalismo apenas se adaptaram a uma realidade de movimento cultural escravocrata.¹³

É nessa esfera que se situam as queixas dos proprietários de tavernas, bares e botequins e de freqüentadores contra a polícia e suas atitudes. Geralmente reclamavam das agressões policiais, extorsões, provocações, prisões arbitrárias, abusos de poder, negligências e inoperância.¹⁴

Ainda que não possamos vincular diretamente a reforma urbana empreendida por Passos a um aumento das reclamações contra a polícia, já que as “Queixas do Povo” estavam disponíveis somente até 1903, nesse mesmo ano, observamos um segundo nível mais baixo de incidências desse tipo de protesto. Podemos afirmar, então, que a relação entre esses dois agentes sociais não era das melhores e que, possivelmente, o quadro agravou-se. O “abuso de poder” foi responsável por 87,5% das queixas de 1900; em 1901, caiu para 77,78%, mas, ainda assim, é uma porcentagem bastante expressiva; em 1902, elas representavam 63,6% das queixas; e, em 1903, caíram para 42,9% (Gráfico 3). O aumento dos itens “abuso de poder” e “inoperância policial”, combinados, foi um dos elementos responsáveis pela culminância das explosões sociais que viriam a ocorrer, notadamente as jornadas populares de 1904.

DOSSIÊ TEMÁTICO



Fonte: “Queixas do Povo”, 1900-1903, *Jornal do Brasil*.

Certamente, a conjuntura de passagem da ordem escravista para a ordem do trabalho livre contribuiu para que tavernas, bares e botequins recebessem maior acorrida de novos fregueses, já que um grande número de ex-escravos foi lançado a um mercado praticamente nulo de opções, inclusive de lazer. Botequins, bares e similares constituíram-se em um dos poucos lugares acessíveis à população de baixa renda e eram vistos como potencialmente violentos e perigosos. A frequência de ex-escravos agravava ainda mais a distorção da realidade. Por conseguinte, tais locais tornaram-se uma das trincheiras da “cidade quilombada”, em contraponto à imposição autoritária da “cidade européia”, cujo padrão era “(...) repressivo e inibidor do livre trânsito (...)” (Neder, 1994, p.36). Este “medo branco” diante dos trabalhadores pobres e negros germinou em um ambiente psicossocial que distorcia o nível real das representações sobre a criminalidade e a violência citadina, com reflexos no imaginário e no simbólico. Ato contínuo emergiam as propostas embasadas na repressão física, moral ou discursiva sob um ideário conservador.

DOSSIÊ TEMÁTICO

A renovação estrutural a partir dessa conjuntura não se deu com a entrada de relações capitalistas de produção em todos os campos da economia. Ao contrário, a remodelação foi apenas discursiva, estabelecendo novas diferenças a partir de símbolos como *ordem* e *progresso*: a ordenação do espaço, do lazer e da cidadania dos excluídos e a progressão das oportunidades, das opções de lazer e de serviços públicos para os que possuísem capitais ou participassem de alguma forma dos esquemas de influências e favores do bloco hegemônico.

O cotidiano da cidade do Rio de Janeiro também era marcado por práticas comerciais duvidosas que se encontravam no “registro inferior da moral” (Heller, 1992) e que falavam alto aos “indivíduos egocentros” (Hobsbaw, 1995, p.25). As práticas fraudulentas, as adulterações de mercadorias e a venda de alimentos deteriorados ligavam-se diretamente à exacerbação de um individualismo preocupado com a busca da satisfação: “prazer, lucro ou seja lá o que for”; algo que estava implícito na teoria capitalista (Id.ib.).

Quando Karl Marx aprofundou sua análise sobre o processo de acumulação primitiva do capital, não se furtou de alertar que entre os seus “segredos” podia-se destacar “(...) a conquista, a subjugação, o assassinio para roubar (...)”, bem como o roubo, a fraude e o furto. Concluiu Marx, sem rodeios: “Na realidade, os métodos da acumulação primitiva são tudo, menos idílicos” (1988, p.252 e 264). Tudo indica que, mesmo no processo de acumulação do tipo capitalista, esses “métodos” não foram abandonados completamente.

O trabalho com a coluna “Queixas do Povo” permitiu questionar as conclusões de Sérgio Buarque de Holanda ao afirmar que tais características no trato com os negócios no Brasil não faziam parte do espírito capitalista. Argumenta ele que a “(...) infidelidade e [a] falta de exatidão nos negócios com estranhos”, do setecentos e de outros séculos sob a

DOSSIÊ TEMÁTICO

égide do capitalismo, não continham os “(...) germes do espírito capitalista”; pelo contrário, denunciavam o “(...) gosto desordenado e imprevidente da pecúnia” (1977, p.97).

Contrariamente, acreditamos que o capitalismo, depois de consolidado, não prescindiu de formas aparentemente irracionais ou das “paixões destrutivas” para se consolidar e acumular. Por outro lado, as práticas flibusteiras nas transações mercantis contemporâneas, que Holanda credita como anacrônicas ou como resquícios de formações econômicas pré-capitalistas, ganharam novas conotações e funções sob a égide do capitalismo, mesmo tendo existido em “(...) todas as épocas (...)”. Hoje, elas não são diferentes por virem acompanhadas de virtudes econômicas superiores. Mesmo que a forma material não se assemelhe, os conteúdos simbólicos e imaginários devem ser os mesmos. Num processo de longuíssima duração, os citados “germes do espírito capitalista” hospedam em si práticas comerciais que permitiram a acumulação individual ou coletiva em todos os períodos históricos. Provavelmente, desde as mais antigas atividades comerciais, “(...) o indivíduo, pensando que há menos vantagens do que inconveniência em respeitar a lei, acaba muitas vezes violando-a” (Nobert Rouland *apud* Wolkmer, 2000, p.27).

O que se queria fazer acreditar é que as virtudes capitalistas baseadas na vida comedida e na poupança individual, juntamente com os lucros, os juros e a ética positiva do trabalho, fundamentavam-se na premissa de que as paixões das épocas não-capitalistas eram destrutivas (orgulho, inveja, avareza, ambição e desejo de poder). O outro lado desse pensamento tende a idealizar a transformação do ideal medieval da busca da glória num ideal moderno de busca de riqueza. Por sua vez, o ideal moderno e burguês traria no seu

DOSSIÊ TEMÁTICO

bojo a busca da virtude pela riqueza como uma “paixão pensada” (ganhar não só pelo prazer de ganhar) e se sustentaria na idéia de que o capitalismo cumpriria o papel de coibir as paixões em prol dos interesses “inofensivos” da vida comercial, mostrando-se não como o arauto das “paixões destrutivas” (Hirschman, 1979).

A prática comercial cotidiana da praça do Rio de Janeiro leva-nos a pensar que os interesses da vida comercial capitalista podiam ser tudo, menos “inofensivos”. O objetivo do capitalismo não é o lucro na sua acepção mais concreta, mas a mais-valia. O lucro, *stricto sensu*, tem muito mais a ver com as transações no setor terciário do que no secundário. Daí uma certa continuidade de práticas comerciais de outros modos de produção no capitalismo.

Historicamente, na prática cotidiana do pequeno comércio, vista por uma lente de aumento, não se constatou a tal racionalidade que permite o desprendimento das perdas. O capital visa ao lucro e não admite o prejuízo, ainda que este possa ocorrer. Nesse aspecto, não parecia que os comerciantes ingleses estivessem imbuídos de “paixões benignas” quando nas meias-noites dos sábados vendiam, a “preços irrisórios”, mesmo sabendo que nove décimos do que seria vendido às classes mais miseráveis já não seria comestível no domingo de manhã, “(...) os restos que se estragariam se tivessem de esperar até segunda de manhã (...)” (Engels, 1985, p.82). Não houve “desprendimento das perdas” quando um comerciante de casa de pasto vendeu comida estragada e manteve um depósito de alimentos que exalava mau cheiro.¹⁵ Não foram “inofensivos” os interesses do açougueiro do Largo da Penha ao vender seus cortes com o peso adulterado.¹⁶

José Evaldo de Mello Doin foi muito feliz ao conceituar como “capitalismo bucaneiro” essas práticas citadas. Baseando-se em Florestan Fernandes, Doin articulou “o

DOSSIÊ TEMÁTICO

estudo da formação econômica brasileira com seu substrato cultural (...)); neste caso, a “(...) ausência de uma ética capitalista (...)” em virtude do “(...) florescimento de uma ‘alma flibusteira’ entre nossos empreendedores”. O autor sustenta que este “bucaneirismo” foi resultado da forma entravada, material e psicossocial, que se deu entre a estrutura produtiva interna e o “circuito externo de mercantilização”, materializando-se na prática cotidiana dos negócios uma visão em que o espírito de aventura e seu corolário – o butim – teriam mais valor do que os empreendimentos e o seu arriscado jogo do lucro e da possibilidade da perda (Doin, 1997, p.2 e 4; Fernandes, 1981, p.22-23).

Contudo, Doin caiu na sedução de creditar ao capitalismo estabelecido no Brasil uma “ausência de ética capitalista”. Escapou-lhe a capacidade intrínseca ao capitalismo de se aproveitar das peculiaridades de cada formação econômica e social para aumentar seus lucros. Ainda que o “butim”, a “pilhagem”, o “ocultamento”, o “despistamento” e o “surrupio” (Doin, 1997, p.6 e 16) tenham um pé num passado, anterior à consolidação do capitalismo, é impossível deixar de também observá-los ao abrigo do modo de produção capitalista. Inclusive, é possível visualizar o processo de mimetismo de práticas comerciais usurárias a uma lógica superior. Sob a vigência do capital, afirmar a “ausência de ética capitalista” onde usanças aparentemente não-capitalistas ocorreram, seria negar o próprio capitalismo. Na impossibilidade lógica disso ocorrer, restou a incorporação de certos hábitos flibusteiros à própria moral do sistema capitalista. Em função disso, sugerimos que a ética capitalista é tão flexível que seus limites flexionam de acordo com as características econômicas, culturais e psicossociais das sociedades em que se instala. Por este caminho, associado à existência de um registro inferior e um registro superior da moral

DOSSIÊ TEMÁTICO

hegemônica, evitamos o jogo de contrários da existência ou não de uma ética capitalista no Brasil.

As fraudes comerciais e as adulterações de mercadorias das mais variadas, tão comuns no pequeno comércio da cidade, inseriam no *registro inferior* da moral e eram vivenciadas como uma espécie de jogo (Huizinga *apud* Doin, 1997, p.19) para o espírito flibusteiro, nas ações dos aventureiros e no cotidiano das especulações, negociatas e jogadas ilegais (Doin, 1997, p.19). Este “espírito” ficou potencializado porque a separação entre o público e o privado é simples quimera. No Brasil o que é tido como público não representa a esfera pública; da mesma forma, o que visto como privado não é somente a propriedade, o corpo e a família nuclear. Ambos se interpenetram, ocultando as incursões dos interesses privados ao centro dos interesses públicos e vice-versa.

Esses argumentos também servem para fugir de jogo de contrários: existência ou não de uma ética capitalista no Brasil. Como alternativa, optamos pelo pensamento de Agnes Heller, que defende a existência de um *registro inferior* e um *registro superior* da moral hegemônica.

Apesar de usufruírem sub-repticiamente dos aspectos do registro inferior da moral, os defensores, mentores e executores da reforma não se privaram em atacar o comércio, seus agentes e suas formas ilícitas de enriquecimento, para justificar as ações de Passos:

“(...) certos mandarins do comércio, do alto e honrado comércio desta praça, como então se dizia, bem como os não menos honrados do varejo, muitos deles instruídos na escola da esperteza e da pilhagem, diga-se logo isso com maior franqueza, escola que foi a mais provecta das instituições criadas no tempo da colônia, homens treinados na

DOSSIÊ TEMÁTICO

esperteza do quilo de 800 gramas, no metro de 80 centímetros, na sonegação de impostos e no suborno ao fiscal, na hora de pagar à Prefeitura as décimas do imposto de seus prédios, só pagavam aquilo que queriam (...)” (Edmundo, 1938, p.36 e 37). [grifos nossos]

O problema da fraude foi de grande monta. Foi necessário um estudo para auxiliar aqueles que desejassem evitar o engodo na compra de alimentos. A obra de Pires de Almeida muito nos auxilia para melhor fundamentar o problema da fraude e da falsificação, bem como a recorrência da sua prática: “Tudo se falsifica hoje, diz uma eminente escritora da economia doméstica” (*apud* Almeida, 1887, p.viii).

A importação de “(...) gêneros ‘expressamente preparados’ para o Brasil, propositalmente falsificados” (id.ib., p.viii-xi) era responsável por parte do alto índice de problemas com os alimentos no Brasil. Como as leis estrangeiras faziam vistas grossas neste caso, importar era um procedimento de risco para o mercado interno.

Os produtos falsificados e adulterados tinham o objetivo de aumentar a produção diminuindo os custos, para isso utilizavam-se matérias-primas de baixa qualidade nos produtos fabricados. A pressão por produção pode estar diretamente relacionada com o aumento demográfico da capital do Império e, portanto, da demanda por produtos. O corolário desse movimento econômico foi o estímulo à criação de estabelecimentos nacionais especializados em falsificações do rótulo, depois de adulterado o produto.

Na praça do espaço central da cidade do Rio de Janeiro, as queixas em relação à questão das falsificações, adulterações e deterioração dos gêneros comercializados formaram o terceiro maior motivo de reclamações no grupo que envolvia o comerciante e a

DOSSIÊ TEMÁTICO

população (Gráfico 2). Esses costumes dolosos agrediam os consumidores mais do que as altas de preços, que se mantinham abaixo de outras incidências. As queixas a respeito proliferavam: um armazém foi denunciado por vender produtos deteriorados;¹⁷ outro se queixou que depois de comprar uma caixa de peras, observou que estavam estragadas, não conseguiu trocar e nem foi recebido pela higiene pública;¹⁸ o comissário de higiene volta e meia era acionado a tomar medidas contra uma venda que comerciava produtos deteriorados.¹⁹ O Dr. Almeida descreveu as inúmeras fraudes que eram cometidas na praça do Rio. Entre elas, destacamos algumas. Os vinhos eram adulterados por uma mistura de álcool e tinta, normalmente em fábricas de vinagres; algumas bebidas, tais como o vermute, o conhaque, a genebra e o *kich*, recebiam rótulos das melhores bebidas importadas, mas na verdade eram fabricadas aqui. Os alimentos não enlatados eram comumente umedecidos e ressalgados ou tinham o seu interior recheado de substâncias “estranhas e nocivas” no intuito de aumentar o peso e a medida. Fécula de batata era freqüentemente misturada à farinha de trigo, mas, neste caso, o feitiço virava contra o feiticeiro, porque a fécula de batata absorve água em menor quantidade que a farinha de trigo, fazendo com que o lucro seja inversamente proporcional à fécula introduzida. Amido de cevada, aveia, milho, arroz, farinha de canjica ou fubá também eram misturados à farinha de trigo, mas perigoso mesmo era quando se misturava joio moído, o que provocava desde sonolência até câimbras. Aumentava-se o peso com encharcamento com água, facilitando o aparecimento de fungos e outros microorganismos. Corriqueiramente, o sal utilizado no preparo da massa era proveniente de restos de salgamentos de peixes, azeitonas, paio etc.. O problema do leite consumido na cidade era ainda maior, pois dois terços das vacas da cidade estavam tísicas, além disso, o produto era misturado a água,

DOSSIÊ TEMÁTICO

polvilho, água de arroz ou farinha de mandioca. A manteiga era geralmente adulterada com farinhas, féculas, batatas cozidas, sulfato de barita, sal de saturno (composto de chumbo) e colorida artificialmente com açafrão, suco de erva andorinha e outros, sendo que se podia encontrar até 43,7% de sebo, banha de ganso e tutano de vitela na sua composição. As carnes eram um capítulo à parte, pois o salgamento era precário e os animais fatigados ou mortos em viagem não eram desperdiçados, quadro que se agravava em função do calor e da umidade da cidade do Rio. A oferta de última hora destinava-se ao consumo popular devida à dificuldade de a população comprar ao preço de primeira hora. A aguardente era batizada com o produto das primeiras destilações, chamado de água-fraca, mas quando os álcoois eram importados, usava-se espírito de cereais e batatas (ácido amílico) ou espírito de madeira (álcool metílico). O sabor, a cor e o sainete, que davam o tom das aguardentes finas, eram conseguidos com os chamados “molhos”, como o uso do cacto em pó, sassafrás, flores giestas, chá suíço, chá *hyswin*, alcaçuz verde, lírio-de-florença, entre outros (Almeida, 1887).

Por trás dessas práticas fraudulentas havia todo o vigor alienante do cotidiano, que tão rapidamente corrompia e se deixava corromper, tão bem alicerçado no mimetismo, no pragmatismo, na orientação social, nos juízos provisórios, na analogia e no costume (Heller, 1992). No cotidiano do pequeno comércio do alvorecer do século XX, juízos e atitudes pareciam verdadeiros e admissíveis na medida em que representavam os interesses da categoria social ou da classe social a que se pertencia, facilitando a orientação das ações correspondente às exigências cotidianas dos seus pares. E deste destino quase inexorável, nem mesmo Pereira Passos conseguiu fugir.

Conclusão

DOSSIÊ TEMÁTICO

Não pretendemos amarrar o que foi dito, mas aproveitar a oportunidade para que tenhamos um quadro final do que era o pequeno comércio do espaço central da cidade do Rio de Janeiro quando o prefeito Francisco Pereira Passos jogou por terra a primeira parede de um estabelecimento comercial para fazer passar a Avenida Central.

Naqueles dias, havia uma forte tendência decrescente de pequenos comerciantes nos anos iniciais da reforma, bem como um decréscimo dos valores médios dos novos contratos sociais. Mesmo assim, os capitais sociais desses contratos compunham-se, em média, de 65% em moedas correntes e 35% em gêneros. O que denota a saúde financeira e a liquidez do comércio varejista no momento em que se compunham novos contratos, já que a presença de “dinheiro vivo” é quantitativamente superior a outros materiais que podiam constituir o capital social de novos estabelecimentos.

Os portugueses foram os que mais sofreram com os primeiros anos da reforma, sobretudo pela sua proeminência no mercado de varejo, mas logo se recuperaram. A esmagadora maioria dos contratos não passava de 110 contos de réis; 95% do varejo eram de pequeno porte, apenas 4% eram de médio porte e 1% era o que podemos chamar de grande porte. As dificuldades, os receios e o medo dos riscos em relação ao futuro faziam com que 45,67% das novas sociedades comerciais se fizessem em nome coletivo ou com firma, seguido pelas sociedades em comandita, com 37,01%, e capital & indústria, com 17,32%.

O pequeno comércio tinha muita capilaridade no espaço central da cidade, pois 75% dos logradouros possuíam algum tipo de pequeno comércio, enquanto 25% não apresentavam presença dos ramos varejistas pesquisados. A pulverização comercial era gritante: 61% dos logradouros apresentaram uma pequena concentração comercial com até

DOSSIÊ TEMÁTICO

duas lojas, enquanto 39% possuíam grande concentração comercial, entre três e 16 incidências comerciais. Esta proporção nos remete imediatamente ao caráter bastante residencial da cidade.

Nada salta mais os olhos do que o absoluto controle masculino nos ramos pesquisados: 98,5% de homens e apenas 1,5% de mulheres. Estas estavam mais presentes no ramo de secos & molhados (44%) e não no ramo de armarinho & fazendas ou padaria & confeitaria (22% ambos) como era de se esperar, seguido pelos restaurantes (11%).

Apesar de os contratos terem modalidade de duração por tempo determinado em maioria (56%) e por tempo indeterminado uma outra parte (44%), nos anos iniciais da reforma urbana houve uma elevação da mediana dos tempos acordados de duração dos contratos e um real incremento das incidências dos contratos por tempo indeterminado, já que era necessário deixar passar a turbulência da reforma para se ter uma precisa avaliação dos resultados quanto a viabilidade do negócio fora de uma conjuntura adversa.

Do encontro entre o reformador e o pequeno comércio na cidade do Rio de Janeiro, o segundo saiu modificado em suas estruturas e aparências, surgindo do outro lado reconfigurado ao golpe de discursos, cassetetes, talhadeiras, marretas, serras e maçaricos. Quando se chegou ao final da recém-inaugurada Avenida Central, ela parecia luzir de nova aos olhos daqueles que desejavam passear pelas calçadas de um comércio remodelado ao gosto europeu e viver a ilusão de uma *belle époque* tropical.²⁰

DOSSIÊ TEMÁTICO



Foto: Augusto Malta

Comércio de tecidos finos - Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Pires de. *Analyse médico-prática dos generos alimentícios, modo de reconhecer as falsificações, adulterações, sanidade dos generos que entram para o consumo; e fiscalizar os fornecimentos das repartições públicas e estabelecimentos particulares*. Rio de Janeiro: Garnier, 1887.

ANSART, Pierre. *Ideologias, conflitos e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BELL, Daniel. *The end of ideology: on the exhaustion of political ideas in the fifties*. [s.l], Glencoe Free Press, 1960.

DOSSIÊ TEMÁTICO

- BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos, um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro: SMCTE-DGDIC/Divisão de Editoração, 1992.
- BOTTOMORE, T. B. e NISBET, R. (Orgs). *História da análise sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*. As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível. Lisboa: Teorema, [s/d].
- _____. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- BURGUIÈRE, André. *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- DOIN, José Evaldo de Mello. *Império da pirataria: formação do capitalismo bucaneiro no Brasil (1824-1864)*. França: FHDSS; São Paulo: UNESP, 1997 [mimeo], p.2-4.
- EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938, 3v.
- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1985 [1845].
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- FERNANDES, Francisco et. al. *Dicionário Brasileiro Globo*. São Paulo: Globo, 1993.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *As idéias estão no lugar*. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- GRAHAN, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- HIRSCHMAN, Albert O. *As paixões e os interesses: argumentos políticos para o capitalismo antes do seu triunfo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HOBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos. O breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.
- HONORATO, Cezar Teixeira (Coord.). *O Clube de Engenharia nos momentos decisivos da vida nacional*. Rio de Janeiro: Venosa Design, 1996.
- HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LEFEBVRE, George. *O grande medo de 1789*. Campus: Rio de Janeiro, 1979.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer e STOTZ, Eduardo Navarro. Flutuações cíclicas da economia, condições de vida e movimento operário - 1880 a 1930. *Revista Rio de Janeiro*, n.1. Niterói: UFF, set-dez 1985, p.61-86.
- MARX, Karl. A assim chamada acumulação primitiva. In: *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1988, v.2, p.251-284.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. Os vetores da fantasia: modernização e progresso num discurso político da Primeira República. *Revista do Departamento de Psicologia da UFF*, n.2 Niterói: UFF, 1º semestre de 1990.

DOSSIÊ TEMÁTICO

MENEZES, Lená Medeiros. *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, expulsão e crime na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

MENEZES, Wagner Chagas de. *Costurando os retalhos: configuração e cotidiano do pequeno comércio do espaço central da cidade do Rio de Janeiro, 1889-1903*. Dissertação de Mestrado. Niterói: ICHF/UFF, 1998.

_____. Estado e transformações urbanas: o caso da Reforma Pereira Passos. Comunicação. In: XVIII Simpósio Nacional de História, Recife, 1995.

_____. Costurando os retalhos: contribuição aos estudos sobre a relação cidade-comércio. Cidade do Rio de Janeiro, 1889-1906. In: LOBO, Eulália Maria Lahmeyer *et. al.* (Org). II Congresso Brasileiro de História Econômica e III Conferência Internacional de História de Empresas. 1996, Niterói/RJ. *Anais*. Niterói: APPHE/UFF/ICHF, 1997, v.2, p. 188-200.

NEDER, Gizlene. *Violência e cidadania*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1994.

NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NISBET, Robert. *História da idéia de progresso*. Brasília: UnB, 1985.

PERROT, Michele. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ROCHA, Oswaldo Porto. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920*. Rio de Janeiro: SMC/DGDIC, 1986.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1988.

SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SPENCER, Herbert. *Lei e causa do progresso*. Rio de Janeiro: Laemmert & C., 1889.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. V.2: A maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

WEBER, Marx. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1987.

WOLKMER, Antonio Carlos. *Fundamentos de História do Direito*. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

Abstract – *This article presents some of the aspects related to the configuration and the day-to-day of small commerce (retailers), located in the central area of Rio de Janeiro, at the time the urban reform implemented by Pereira Passos was about to happen (1903 – 1906). It tries to demonstrate that one of the primatial objectives among all municipal commitments, during President Rodrigues Alves' administration, was to dislocate small commerce, specially the bars, taverns, bakeries, and butcheries that used to serve the population and the needy. The city went through a forced redefinition of its commercial*

DOSSIÊ TEMÁTICO

features as well as a spatial reform. That commercial sector was characterized by having a swindling way of doing business that denoted the filibuster spirit of some commercial practices, exposing the moral inferior register of that time.

Keywords: Pereira Passos; Rio de Janeiro; *urban reform*; *retailers*.

Resumen - *En este ensayo, se plantean algunos aspectos de la configuración y el cotidiano del pequeño comercio (minorista) del área central de Rio de Janeiro en vísperas de la reforma urbana ejecutada por el alcalde municipal Pereira Passos (1903-1906). Busca demostrar que un de los objetivos cardinales del propósito municipal durante el gobierno del Presidente Rodrigues Alves era desarticular el comercio minorista, especialmente bares, tabernas, tascas, carnicerías y panaderías, que daba sustento al pueblo y a toda suerte de desheredados. Así como la ciudad fue remodelada espacialmente, también pasó por una redefinición forzada de sus características comerciales. Ese sector se caracterizaba por un conjunto de reglas que denotaba el espíritu filibustero de algunas de sus prácticas comerciales, denunciando el registro inferior de la moral de aquellos días.*

Palabras-clave: Pereira Passos; Rio de Janeiro; *reforma urbana*; *pequeno comercio*.

Notas

¹ *O Malho*, apud Edmundo, 1938.

² Divisão de Geografia (Org). *A área central da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBGE/Conselho Nacional de Geografia, 1967, p.24-25. Lamentavelmente, não encontramos dados referentes ao período pós-Pereira Passos.

³ É impressionante como a quantidade de registros da Junta Comercial entre 1889 e 1903 levantados por Menezes (1998) sincroniza-se com os dados de Lobo (1985).

⁴ O espaço central da cidade do Rio de Janeiro aqui considerado foi delimitado a leste, pela atual Estação das Barcas da Praça XV de Novembro (onde ficavam situados as Barcas Ferry, o Cais Fharoux, a Alfândega e o Cais dos Mineiros); a oeste, pela Praça da República; a norte, pela linha imaginária que, perpendicular ao cais (faixa ao longo da Estação das Barcas), passava pelo Morro da Conceição e findava atrás do Quartel-General;

DOSSIÊ TEMÁTICO

a sul, por outra linha, que atravessava os morros do Castelo e de Santo Antônio. No entanto, sempre que as fontes apontavam outras conexões entre “lugares”, este espaço era ampliado, temporariamente, para atender à metodologia empregada e alcançar resultados mais contundentes.

⁵ Até onde consta, não foi possível cotejar as histórias contadas por Luiz Edmundo com outras fontes que corroborassem os seus conteúdos intrínsecos, mas os aspectos extrínsecos puderam ser fartamente comparados. Os contornos gerais e formais dos embates daqueles dias podem ser encontrados na obra de Benchimol (1992).

⁶ Como propõe Pierre Ansart (1978), tal poder constitui um dos aspectos do saber mítico, auxiliar na construção de novas ordens sociais.

⁷ Eduardo Silva, ao utilizar as “Queixas do Povo” como fonte de pesquisa, já havia alertado sobre a importância desta coluna do *Jornal do Brasil* para o estudo do cotidiano da cidade do Rio de Janeiro, conceituando-o como o “tempo da normalidade” e “processo de normalidade”, em que se desenvolvia, concretamente, o exercício da cidadania. Infelizmente, entre os anos de 1904 e 1919, as edições do *JB* não estavam microfilmadas. Portanto, o corte cronológico deste trabalho refere-se a 1903. Além disso, entre os anos de 1891 (ano de fundação do *JB*) e 1896, não foi encontrada a coluna “Queixas do Povo”; e entre os anos de 1896 e 1899, as edições do *JB* também não estavam microfilmadas, não sendo possível, então, determinar com precisão o ano de criação da citada coluna.

⁸ A zona central da cidade do Rio de Janeiro considerada por Eduardo Silva é uma área maior do que a delimitada por nós e compreende os distritos de Candelária, Santa Rita, Sacramento, São José, Santo Antonio, Santa Teresa, Sant’Ana, Gamboa e Espírito Santo.

⁹ *JB*, “Queixas do Povo”, p.2 e 6.

¹⁰ *JB*, edições de: 16/12/1901, p.2; 23/4/1902, p.2; 25/4/1900, p.2; e 1/6/1900, p.2 e 6.

¹¹ *JB*, edições de: 25/4/1900, p.2; 1/6/1900, p.2; 10/6/1900, p.6.

¹² *JB*, 10/4/1903, p.1

¹³ A este respeito, ver o interessante debate entre Roberto Schwarz (1988) e Maria Sylvia de Carvalho Franco (1976).

¹⁴ Respectivamente, *JB*, “Queixas do Povo” de: 9/4/1900, p.2; 26/6/1901, p.2; 18/2/1902, p.2; 1/1/1903, p.8.

¹⁵ *JB*, “Queixas do Povo”, 16/11/1901, p.3.

¹⁶ *JB*, “Queixas do Povo”, 13/17/1903, p.2.

¹⁷ *JB*, “Queixas do Povo”, 28/1/1900, p.6.

¹⁸ *JB*, “Queixas do Povo”, 4/3/1903, p.2.

¹⁹ *JB*, “Queixas do Povo”, 15/1/1900, p.2.

²⁰ Todos os dados estatísticos diretamente relacionados ao pequeno comércio e apresentados nesta conclusão são inéditos. Para uma explicação mais detalhada, consultar: Menezes (1998).